

FORMAÇÃO DE PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE URANDI – BA¹

Milian Silva Rodrigues²

RESUMO

O atendimento ao aluno com deficiência passou por diversos momentos, que foi desde a segregação, passando por propostas de integração até o advento da chamada Educação Inclusiva. A implementação da Educação Inclusiva depende de uma série de fatores, dentre os quais se destaca a formação docente. Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar como se dá a implementação de Formação Continuada dos Professores para atuar numa Educação Inclusiva no Município de Urandi-Ba. A compreensão dos dados fundamentou-se nos pressupostos de uma pesquisa de abordagem metodológica qualitativa, que envolveu levantamento bibliográfico sobre o tema em estudo, e coleta de dados mediante entrevista. Participaram da pesquisa A Secretaria Municipal de Educação de Urandi, O Colégio Estadual de Urandi-C.E.U e A Associação Urandiense dos Portadores de Necessidades Especiais-AUPNE. Com o estudo observou-se a necessidade de mais subsídios para oferecer condições adequadas de ensino a esses alunos, entre eles destaca-se a formação de professores, inicial e continuada. A Secretaria Municipal de Educação tem promovido cursos de capacitação docente voltada para a Educação Inclusiva, mas estas não têm sido suficientes para atender às necessidades de formação dos professores.

Palavras-chave: Inclusão. Necessidades Educacionais Especiais. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência não podem ser discriminadas ou vistas com base em uma de suas características. Por esta razão, emerge a defesa de uma sociedade inclusiva, afirmando os direitos dos alunos com deficiência à participação em escolas comuns ou regulares, impedindo que modelos tradicionalistas coloquem a escola a serviço de uma manutenção da exclusão por razão de deficiência.

A educação de alunos com necessidades educativas especiais que, tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento segregado, tem se voltado para a Educação Inclusiva, propondo que as crianças com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas

¹ Trabalho apresentado ao Componente Curricular Tec V: Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais - UNEB/Campus XII;

² Aluna do 9º semestre do curso de Pedagogia docência e Gestão de Processos Educativos - UNEB/ Campus XII.

regulares, que devem se adequar a elas, uma vez que essas escolas representam os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Muito embora as dificuldades e os preconceitos relacionados às deficiências venham sendo vencidos na escola, essas pessoas ainda continuam sendo muito penalizadas pelo processo de ensino. É verdade que contamos com uma legislação que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, porém, o vasto aparato legal não parece bastar para garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à educação, aos meios de comunicação, atividades de lazer e cultura. Por isso, reivindicar os seus espaços e consolidar as suas conquistas, fundamentando-se numa base justa e ética de igualdade de direitos e oportunidades, deve ser uma luta de todos.

Atualmente, há uma grande discussão a respeito da terminologia adequada para se referir ao aluno com necessidades educacionais especiais que é bastante diversificada. Nesta perspectiva, foi adotado nesta pesquisa o termo alunos com necessidades educacionais especiais ou pessoa/aluno com deficiência, por entendê-los como mais abrangentes, capazes de englobar não só as deficiências como também outras características que requerem atendimento diferenciado.

Para a realização desse estudo, a investigação foi desenvolvida em duas etapas principais: a pesquisa bibliográfica, com levantamento e seleção de material teórico em livros, artigos, teses e dissertações, destacando as obras dos autores: Padilha (2005), Mantoan (2006), Rodrigues (2010) e outros; e coleta de dados através de entrevista.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva busca a ampliação da participação de todos os alunos nas escolas de ensino regular. Por isso, precisa-se fazer uma reestruturação da cultura, prática e das políticas vivenciadas nas escolas, para que atendam à diversidade de alunos, através de uma abordagem mais humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, com o objetivo de realizar, de fato, a inserção social de todos. Porém, esse objetivo não vem sendo alcançado na

realidade, pois as reais necessidades dos alunos não são atendidas e os mesmos são excluídos do sistema formal de ensino.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber. Ocorre que a escola se democratizou, abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Por isso exclui os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino. A escola não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes instâncias epistemológicas, não se abre a novos conhecimentos que, até então, não couberam nela. (MANTOAN, 2006, p. 15).

No Brasil, o ensino especial foi um sistema que segregava as pessoas com deficiência à margem do ensino regular. Isso acontecia, e ainda acontece, porque não se acreditava que as necessidades dos alunos com deficiência não podiam ser supridas nas escolas regulares. Hoje, na perspectiva da Educação Inclusiva, acredita-se que a participação inclusiva dos alunos facilita o aprendizado para todos. “As possibilidades de produção e interpretação de signos parece não ter limites. O que são limitados é a nossa compreensão, os recursos disponíveis, os conhecimentos tão incipientes ainda [...]” (PADILHA, 2005, p. 4).

Por muito tempo as pessoas com deficiência foram atendidas pela Educação Especial, mas os autores hoje discutem que as instituições especializadas no ensino dos que têm deficiência não devem substituir, mas a auxiliar a escola regular, firmando parcerias para oferecer atendimento especializado no contraturno.

O radicalismo da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional, à qual já nos referimos. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar ou trabalhar à parte com alguns alunos. Também não estabelecem regras específicas para planejamento e avaliação de currículos, atividades e aprendizagem de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais. (MANTOAN, 2006, p. 19).

Com o passar dos anos, criou-se muitas leis que determinam a inclusão, como já mencionando anteriormente, porém, em muitas escolas ainda impera uma visão integracionista. Um aluno com deficiência só permanece numa sala regular por determinação legislativa, mas não há preocupação com o seu rendimento escolar, com a socialização, etc. Neste sentido, Mantoan nos diz que:

O objetivo da integração é inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído. O mote da inclusão, ao contrário, é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as

necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (MANTOAN, 2006, p. 19).

Com essas leis que asseguram a matrícula do aluno com deficiência no sistema regular de ensino, o número de alunos na Educação Inclusiva tem aumentado muito nos últimos anos. No entanto, o preconceito e a falta de conhecimento das leis ainda deixam um grande contingente deles fora da rede regular. O pouco preparo dos professores para atendê-los ou o pouco apoio dado a esses profissionais fazem com que, em alguns casos, o direito de estudar seja exercido pela metade.

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas. Sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa o que e como a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim. (MANTOAN, 2006, p.21).

Constata-se então, que para a escola ensinar a todos, precisa estar atenta à necessidade de respeitar o ritmo e observar as capacidades de cada um, em vez de enfatizar as limitações. É importante estar aberto às diversas formas de comunicação do aluno com deficiência para saber ouvi-lo sobre o que ele considera válido para o seu bom desempenho na escola, pois ele sabe da sua condição e pode dar contribuições valiosas. Mais que isso, é preciso acreditar na capacidade que cada um tem para vencer. Por isso:

[...] coloca como mais importante do que reconhecer a deficiência, compreender o desenvolvimento humano, “sem deter-se apenas na natureza dos processos patológicos”; compreender como as pessoas enfrentam as dificuldades, como dominam a deficiência, como utilizam suas forças. (PADILHA, 2005, p. 33).

[...] “A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando” (MANTOAN, 2006, p. 14). Por isso, cada tipo de deficiência demanda estratégias e materiais específicos e diversificados. Porém, é preciso reconhecer que cada um aprende de uma forma e num ritmo próprio. Respeitar a diversidade significa dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos. Isso não quer dizer que tenhamos que passar atividades mais fáceis a quem tem deficiência, mas fazer as adaptações necessárias para que seu direito de aprender seja assegurado.

Vale ressaltar que afirmar que uma escola regular é inclusiva porque nela estuda uma criança com deficiência, se torna uma idéia esvaziada de conhecimento do processo de inclusão. Para

pensar na inserção do aluno com deficiência no ensino regular, é fundamental viabilizar a promoção de mudanças na prática pedagógica, buscando confeccionar e utilizar recursos didáticos adaptados ao ensino de alunos com deficiência.

Os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno; que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe. (MANTOAN, 2006, p. 16).

Por tudo isso, compreendemos que precisamos vencer os obstáculos que impedem a real implementação de uma Educação Inclusiva, pois apesar dos avanços dos últimos anos, ainda há muito por fazer. A Educação Inclusiva desafia a escola a ser mais representativa da diversidade que existe na sociedade, tornando-se assim mais democrática e justa. Porque como diz Mantoan “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças” (MANTOAN, 2006, p. 16).

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Analisando a dinâmica escolar e a forma como os docentes lidam com as deficiências em sala de aula, percebe-se certo despreparo por parte dos mesmos no trato com tais questões. Visto que a falta de formação de professores aliado à ausência dos conteúdos e materiais adaptados, transformam a escola num ambiente propício para práticas de preconceito para com os alunos com deficiência e conseqüente perpetuação das desigualdades.

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças em sala de aula, especialmente para atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar apenas esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos. (MANTOAN, 2006, p. 17).

O professor deve cuidar para que sua prática em sala de aula não seja um ato de discriminação que contribua para a reprodução das desigualdades, mas cuidar para que sua prática seja justa

e coerente no que se refere à emancipação das classes inferiorizadas, buscando transformar a escola num ambiente acolhedor e que as idéias preconcebidas e as situações desconcertantes que ocorrem na escola, sejam duramente criticadas e banidas, favorecendo a permanência e participação da criança com deficiência na escola. Pois, como diz Morin (2000); citado por Rodrigues (2010, p. 27), “Uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes”.

Além da falta de formação dos professores, as baixas expectativas desses profissionais da educação em relação ao aluno com deficiência, advindas da crença equivocada sobre a pouca capacidade deste aluno, prejudica muito seu desempenho escolar e tende a minimizar as propostas pedagógicas dos mesmos. Assim: “[...] O importante seria que nós não limitássemos a vida humana a essa relação normal/patológico, pois é preciso olhar para além do corpo, além da doença, além da diferença, para além da deficiência [...]” (PADILHA, 2005, p. 3).

A falta de preparo dos professores para lidar com esses alunos é um fator que complica a prática educativa, pois ao se ver impossibilitado de realizar um trabalho significativo, o professor passa a desacreditar no aluno e colocar na sua deficiência a responsabilidade de seu baixo rendimento. Porém, muitos autores nos mostram que as dificuldades de aprendizagem do aluno com deficiência não têm nada a ver com sua deficiência, mas a uma prática pedagógica incipiente que não alcança os objetivos de ensino-aprendizagem e inclusão dos alunos.

O aluno com dificuldade de aprendizagem deve representar para o professor um estímulo para que ele possa desenvolver estratégias de ensino. Por isso, surge a necessidade de produzir materiais pedagógicos a fim de atender às reais necessidades dos alunos com deficiência.

Tudo isso nos atenta para a necessidade de capacitar tais profissionais da educação, para que sejam capazes de analisar criticamente o currículo, os conteúdos de ensino e os materiais pedagógicos, bem como a sua prática de ensino, reformulando-a de forma que favoreça uma educação inclusiva.

Em geral, os cursos de formação de professores não apresentam em suas propostas pedagógicas preocupação com as diversidades existentes na sociedade, por isso esses

profissionais não parecem preparados para enfrentar essas questões. Torna-se necessário então, uma formação que possa levá-los a entender o modo como as relações sociais são produzidas na sociedade, bem como a buscarem transformá-las.

Sabemos que o desenvolvimento de uma educação inclusiva e plural não é tarefa simples, mas a inquietação quanto à discriminação e o preconceito para com as pessoas com deficiência deve ser o combustível que impulsiona professores e professoras a buscarem orientação e apoio para enfrentarem tais situações em sala de aula, conclui-se, portanto que além de melhores condições educacionais para esses alunos, é necessária a preparação dos professores da sala comum. Não se trata, porém, de considerar os professores como os únicos responsáveis pela inclusão dos deficientes na sociedade, mas de conscientizá-los de que esse trabalho envolve amor e dedicação e que seu papel vai além do que ensinar lições a seus alunos, mas uma nova forma de ver o mundo e as possibilidades que ele oferece.

Nós professores temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem não só suas competências, mas também seus poderes e suas responsabilidades educacionais. (MANTOAN, 2006, p.35).

Por tudo isso, penso que ainda que esbarremos na falta de formação, na falta de materiais pedagogicamente preparados e adaptados para lidar com a questão da inclusão escolar, penso e acredito que é preciso pensar em qualquer iniciativa de promover tal inclusão, e para que isso ocorra, devemos ficar atentos em relação aos nossos conceitos, preconceitos, gestos, atitudes e posturas com abertura e disposição para rever as práticas convencionais, conhecer, reconhecer e aceitar as diferenças como desafios positivos e expressão natural das potencialidades humanas.

ESTADO, MUNICÍPIO E INICIATIVA DE UMA ENTIDADE FILANTRÓPICA FRENTE AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO MUNICÍPIO DE URANDI - BA

Neste capítulo são discutidas as condições necessárias para a efetivação da educação inclusiva no município de Urandi-Ba. Por isso, realizou-se uma entrevista com os representantes da Secretaria Municipal de Urandi, do Colégio Estadual de Urandi – C.E.U e da Associação

Urandiense dos Portadores de Necessidades Especiais – AUPNE, que prestam atendimento educacional à população urandiense.

A Educação Inclusiva não se restringe apenas à inserção de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, mas também ao oferecimento de uma educação de qualidade para todos. Por conta disso, uma escola inclusiva precisa contar com determinadas condições que possibilite a efetivação de uma educação de qualidade para todos os alunos, independente de suas diferenças ou limitações. Estas condições envolvem estrutura física, materiais adaptados, adequação curricular, reestruturação do sistema de ensino, sensibilização da comunidade, professores capacitados, dentre outras.

A escola da maneira como está estruturada hoje não favorece a qualidade de ensino, não só para o aluno com necessidades educacionais especiais, mas para todos os alunos. Uma educação de qualidade supõe recursos adequados além de professores preparados e motivados. Acerca disso, a Secretaria Municipal de Educação oferece alguns cursos na área de educação inclusiva, além de implementar política de formação continuada para os professores que atuam no atendimento educacional especializado. Houve a contratação de um curso de LIBRAS gratuito para a comunidade, o que deu oportunidade de qualificação na área da Educação Inclusiva aos profissionais da educação, porém, poucos deles se interessaram e realizaram o curso, além disso alguns professores relataram que o curso não veio para todos.

Está em construção o Plano Municipal de Educação – PME que irá conter um conjunto de ações que promovam a inclusão e acessibilidade nas escolas da rede. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação trabalha em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, encaminhando os alunos que apresentam deficiências que requerem atendimento médico especializado.

Existem muitas pessoas comprometidas com a conscientização e o combate ao preconceito. São pessoas que trabalham por uma escola que possibilite ao aluno com deficiência o sonho de ir longe na vida. Neste sentido, a AUPNE desenvolve em Urandi um trabalho muito interessante de assistência às pessoas com deficiência. É uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que visa a inclusão e o desenvolvimento desses alunos. Foi criada no ano de 2002, com o objetivo de atender as dificuldades encontradas por uma família de cegos que se sentiram impossibilitados de continuar estudando por falta de atendimento especializado. Hoje essa instituição presta serviços de alfabetização e letramento para surdos e cegos por

meio da LIBRAS e do BRAILLE sem custo algum, além de promover cursos de qualificação e aperfeiçoamento para aqueles que quiserem se especializar na área da Educação Inclusiva, cobrando apenas o custo do material. Os serviços prestados por essa instituição ultrapassam os limites do nosso município, alcançado os municípios circunvizinhos que têm a AUPNE como centro de referência de implementação de Educação Inclusiva.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino no município de Urandi, as respostas foram unânimes ao dizer que a falta de recursos, aliado à falta de formação do professor e de equipes de apoio é que inviabilizam a efetivação de uma Educação que realmente inclua os alunos com deficiência. A AUPNE presta um serviço de apoio muito importante e necessário às escolas estaduais e municipais de Urandi, mas falta recurso financeiro, material e de pessoal para desenvolver as atividades de apoio, pois a Associação é mantida por meio de doações, campanhas para arrecadar fundos e contribuições de alguns associados.

Constata-se que o município vem desenvolvendo um trabalho de inclusão em um contexto de limitações, falta de recursos, de equipes de apoio, de professores qualificados, de políticas públicas que assegurem os direitos da pessoa com deficiência, etc. Porém, sugere-se que todos trabalhem juntos e se articulem no sentido de cobrar mais ações para atender aos alunos com necessidades educativas especiais e realizar de fato uma educação que inclui. Então, qualquer projeto educativo que se pretenda democrático, deve estar atento à diversidade e a todas as questões apresentadas no texto a seguir:

Colocar todas as crianças juntas, em um mesmo lugar, em um mesmo tempo para aprender tudo não significa que todas aprenderão o que realmente precisam aprender. Juntar crianças em uma sala de aula não lhes garante ensino, não lhes garante escola cumprindo seu papel, não lhes garante aprendizagem e, portanto, não lhes garante desenvolvimento. Deixar crianças e jovens deficientes ou pobres sem escola, sem ensino, sem aprendizagem e abandonados à própria sorte é impedir, de forma violenta, o exercício do direito que todos têm de participar dos bens culturais produzidos pela humanidade. Tão violento é deixar crianças e jovens sem escola quanto é deixá-los sem comida, sem casa, sem roupa, sem lazer, sem saúde, sem afeto, sem perspectiva de trabalho, sem segurança, sem orientação, sem cuidados. Igualmente violento é deixá-los na escola, matriculados, com lugar marcado na sala de aula, mas sem aprender, sem o acesso a todos os instrumentos e estratégias que respondam às suas necessidades peculiares: professores que saibam do que realmente estas crianças e jovens necessitam; equipe de profissionais que saiba orientar professores e familiares, acompanhando-os no processo de aprendizagem de seus alunos e filhos; número suficiente de pessoas para cuidar destes alunos na escola; número menor de alunos por sala de aula; salas de recurso em pleno funcionamento; estrutura física dos prédios adequada; possibilidades de locomoção garantidas; projeto pedagógico coletivo; estrutura e funcionamento administrativos

compatíveis com o projeto pedagógico e com as singularidades dos diferentes grupos de crianças e jovens... (PADILHA, 2004, p. 96-97)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo apontam o quanto a realidade educacional brasileira é precária no ensino dos alunos com deficiência. Mostra o quanto os professores necessitam de uma melhor formação para conseguirem estabelecer uma boa relação com os alunos, para ter acesso aos materiais adaptados e ter condições físicas e psicológicas para criarem as adaptações necessárias ao ensino do aluno com deficiência, o que gera uma baixa expectativa quanto ao seu desenvolvimento educacional, evidenciando o quanto o professor não acredita na capacidade de seu aluno.

Porém, os autores citados nos dizem que os prejuízos vivenciados pelos alunos com deficiência não são decorrentes de limitações inerentes à própria deficiência, mas ao preconceito e a descrença no potencial evolutivo dessas pessoas. Por isso, as condições educacionais precisam facilitar o desenvolvimento integral desse indivíduo, para que haja de fato a inclusão social, e para que se supere a idéia de que as pessoas com deficiência são menos capazes e que estão em constante desvantagem; mas que as condições de seu desenvolvimento sejam garantidas.

Percebe-se que há um avanço do quantitativo de alunos com necessidades especiais sendo matriculados na rede regular de ensino. Contudo, não basta estar na escola, precisa-se de mais subsídios para oferecer condições reais e adequadas de ensino a esses alunos.

Para que haja a tão cobrada inclusão das pessoas com deficiência, o aluno deve ser regularmente matriculado em uma escola comum e receber se necessário, o apoio de um professor especializado, a fim de atender às reais necessidades desses alunos. Além disso, a escola e os professores devem propor as condições necessárias para seu desenvolvimento. O direito à Educação deve garantir aos alunos com deficiência as mesmas informações que as outras crianças recebem, para que a criança com deficiência não esteja em desvantagem em relação aos seus pares.

A pesquisa mostrou que tem havido uma preocupação da Secretaria Municipal de Educação do município de Urandi, bem como do Colégio Estadual de Urandi e da Associação

Urandiense dos Portadores de Necessidades Especiais, até para obedecer a uma exigência legal, em oferecer cursos de capacitação docente na área de Educação Inclusiva. Entretanto, o que se percebe é que estas ações têm contribuído muito pouco para se efetivar uma educação que inclua de fato, além disso, os cursos ofertados não tem sido suficientes para atender às necessidades de formação dos professores.

Acredita-se na importância de orientar professores e profissionais que lidam com a criança com necessidade educativa especial, além de melhorar as condições educacionais, superar os preconceitos e respeitar as diferenças, caminhos que podem contribuir fortemente para o desenvolvimento de todos os alunos, bem como da inclusão social.

Constata-se então, a necessidade de fornecimento de recursos para sustentar a educação inclusiva, principalmente no tocante à capacitação profissional do professor de ensino regular. Em relação às políticas adotadas pelo município, no que se refere à formação, evidencia-se que há investimento na promoção da formação mínima necessária aos profissionais do magistério, mas esta ainda é insuficiente e não contempla todos os profissionais das escolas que atuam com a educação inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES. M. J. de M. **A Educação Inclusiva nas Escolas Públicas Municipais de Anápolis nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a Formação Docente**. Anápolis – GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010. (Dissertação de Mestrado em Educação).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: Jul. de 2012.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: Jul. de 2012.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: Jul. de 2012.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm>. Acesso em: Ago. de 2012.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: Ago. de 2012.

CAVALCANTE, M. As leis sobre diversidade. Publicado em Out. de 2006. Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/inclusao-no-brasil/leis-diversidade-424523.shtml>>. Acesso em: Ago. de 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Porquê? Como fazer?** . 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. (Cotidiano escolar: ação docente).

_____; PRIETO. R. G. ARANTES. V. A. (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção educação contemporânea).

_____. **O que fazer para não excluir Davi, Hilda, Diogo...** In: GÓES, M. C. R; LAPLANE, A. L. F. (Org.). **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

RODRIGUES, I. V. **O potencial formativo do cinema e a audiodescrição: olhares cegos**. 2010. 147p. Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Disponível em:

VEROTTI, D. T; CALLEGARI, J. **A inclusão que ensina**. Publicado em: Jul. 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/inclusao-no-brasil/inclusao-ensina-511186.shtml?page=2>>. Acesso em: Ago. de 2012.